

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº 034/2024 – NLC/PRES

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação do sistema de irrigação automatizado na sede da NOVACAP, de acordo com as especificações técnicas do Projeto Básico, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 034/2024 – NLC/PRES teve o seu edital publicado no dia 10 de janeiro de 2025, com abertura do certame prevista para o dia 23 de janeiro de 2025 às 9hrs.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido, conforme Doc. SEI/GDF nº 160958531.

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente pedido de impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

- 3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho – NOVACAP/PRES/NLC (160958674).
- 3.2. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho – NOVACAP/PRES/DC/DPJ (161196957).
- 3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DAS RESPOSTAS
I - EXIGÊNCIA MERAMENTE RESTRITIVA. ITEM 11.4.1. DO PROJETO BÁSICO. CERCEAMENTO DA COMPETITIVIDADE	

O Item 11.4.1. do Projeto Básico define que:

11.4.1 - Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:

Implantação do sistema de irrigação automatizado na sede da NOVACAP

A exigência para comprovação de capacidade técnica posicionada pelo anexo é meramente restritiva, não possui caráter técnico e ofende o princípio de competitividade. A Lei 13.303/2016 estabelece que:

Art. 31. **As licitações** realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista **destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, **devendo observar os princípios** da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de **competitividade** e do julgamento objetivo.

O objeto da licitação é a prestação de determinado serviço. Onde esse serviço foi prestado é indiferente à aferição da capacidade técnica de qualquer participante. Exigir que as empresas comprovem ter prestado o serviço objeto do certame diretamente a NOVACAP não só é irrelevante como também contraria a legislação, já que restringe a competitividade e ofende princípios estabelecidos na Lei e na Constituição.

Certos da idoneidade e competência dos servidores da NOVACAP, entendemos que inserção em questão provavelmente é resultado de mero erro formal, o que pode ser facilmente corrigido. Diante disso, solicita-se a alteração das exigências editalícias que restringem a competitividade, em especial a mencionada no item 11.4.1. suprimindo a menção a prestação de serviços diretamente a NOVACAP no atestado de capacidade técnica, com a republicação do Edital respeitando os prazos de divulgação, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da publicidade.

Informamos que o texto apontado fugiu aos olhos da correção e esclarece que trata de erro meramente material, um simples erro de digitação, pois houve uma replicação do próprio objeto da licitação, assim no item 11.1.1:

Onde se lê:

Implantação do sistema de irrigação automatizado na sede da NOVACAP,

Leia-se:

Implantação do sistema de irrigação automatizado.

II – PROJETO DE EXECUÇÃO E MATERIAIS INCOMPATÍVEIS COM O OBJETO DO CERTAME

<p>1) “Instalação dos sistemas de bombas e automação. A estação de bombeamento do sistema deve fornecer pressão e vazão necessárias, operando automaticamente, mesmo com quedas de pressão dentro do sistema.”</p> <p>Adequação requerida: necessidade de inversor de frequência para atenuar nas quedas de pressões e trocas de setores, evitando superpressão dentro das tubulações e rompimentos, pois as há grandes distancias dentre a primeira válvula e a última dentro do layout do projeto.</p>	<p>Instalação dos sistemas de bombas e automação. A estação de bombeamento do sistema deve fornecer pressão e vazão necessárias, operando automaticamente, mesmo com quedas de pressão dentro do sistema.” da impugnação sugere a necessidade de um inversor de frequência, o objeto cujo a NOVACAP já possui em estoque e não será necessário adicionar ao Projeto Básico;</p>
<p>2) “O sistema de automação da irrigação deverá apresentar 4 Controladores Rain Bird ESP Modular de até 40 estações. Para os controles centrais do sistema de irrigação, a partir da lista de materiais solicitados, é indicado utilizar as próprias interfaces da Rain Bird, IQ4”</p> <p>Adequação requerida: para conectar os 4 controladores no iq é necessário a troca do modulo interno standart dos 4 controladores pelo modulo pro + o cartucho rs232.</p> <p>3) “Cada setor é comandado por uma válvula solenoide Rain Bird 150 PGA num total de 139, de acionamento elétrico, conforme projeto. O gerenciamento das válvulas é feito por um sistema de controladores centrais digitais programáveis (4 Controladores Rain Bird ESP Modular de até 40 estações), sendo a estes acoplados sensores de chuva.”</p> <p>Adequação requerida: 139 setores com qual tempo funcionamento? Dessa forma não há tempo diário disponível para atender a janela de operação e lâmina adequada para as plantas paisagísticas.</p> <p>Adequação requerida: projeto com 122 km de cabos elétricos é inexecutável de realizar uma manutenção futura ou descobrir algum erro ou rompimento em cabo.</p> <p>Adequação requerida: dimensionamento de conduíte de 1.1/2” incompatível com o tamanho dos agregados desses comprimentos de cabos de comando.</p>	<p>Consideramos itens dispensáveis além de incoerências nas sugestões de adequações que estão apenas como indagações. Explicamos que os 139 setores não terão operação concomitante sempre, além de que existem pontos que não necessitam de irrigação diária. A quantidade e caracterização dos conduítes, módulos e cabos, ainda assim, é considerada adequada para execução;</p>

4) Quanto ao Projeto Hidráulico

Adequação requerida: falta especificar os bocais de cada emissor em suas alocações;

Adequação requerida: padrão de tubo marrom é voltado para instalações hidráulicas prediais, tubos para irrigação são azuis;

Adequação requerida: quantidade de material insuficiente para montagem hidráulica da tubulação;

Adequação requerida: falta quadro de acionamento das motobombas com os reles de proteção e contactoras;

Adequação requerida: falta cabeamento elétrico para acionamento das motobombas com bitola compatível.

Adequação requerida: falta especificação de conjunto de peças de sucção e recalque das motobombas;

Adequação requerida: não existe sistema de segurança por superpressão, que pode ocorrer por um erro de acionamento ou quebra de válvula na rede hidráulica (válvula de alívio).

Adequação requerida: falta informação de como será a sucção (tanque subterrâneo; caixa taça, etc., e dimensões dos mesmos.

Diante disso, solicita-se a revisão do Projeto Básico e seus anexos, a fim de suprir as inconsistências acima denunciadas, sob pena de proceder com contratação ineficaz, ferindo assim o interesse público.

Quanto ao Projeto Hidráulico", a maioria das "adequações requeridas" que são

questionamentos, estão inclusas nos outros projetos vinculados com esse Certame, como a implantação do poço artesiano e da estrutura auxiliar que vai comportar os controladores do sistema de irrigação;

Quanto ao Projeto Hidráulico" os bocais serão bocais com reguladores que já se adequam a necessidade, não consideramos necessária a alteração dos tubos de coloração marrom para o azul, e também consideramos a quantidade de material suficiente para a execução diferente do questionado.

III – QUANTO AO PARECER TÉCNICO. FASE INTERNA DE LICITAÇÃO. ANTEPROJETO DE ENGENHARIA. PARECER TÉCNICO. RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVIDAMENTE HABILITADO

Data vênia e salvo melhor juízo não consta nos documentos que compõe o Instrumento Convocatório e a fase interna do certame, a assinatura e/ou parecer técnico emitido por profissional devidamente habilitado a fim de validar os projetos de engenharia utilizados na elaboração do objeto do Edital.

A Lei 13.303/2006

define que:

Art. 42.

[...]

I - o instrumento convocatório deverá conter:

a) anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;

Anteprojeto de engenharia se trata de documento de engenharia, portanto, requer-se seja elaborado ou submetido e assinado por engenheiro, sendo vedada a substituição do Responsável Técnico por profissional do nível técnico.

Isso reforça-se na exigência do Edital pela apresentação de Engenheiro como Responsável Técnico por parte das participantes, profissional este de nível superior, sem abrir a possibilidade para que estas se habilitem com profissionais de nível técnico.

Do art. 18 da Lei nº 14.133/21, legislação subsidiariamente aplicável ao certame em questão, extrai-se que nos autos do processo administrativo das contratações públicas serão entranhados, oportunamente, entre outros atos administrativos e documentos, os pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Dispõe o Código de Processo Civil que quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o perito assistirá o juiz (art. 145). O mesmo diploma processual estabelece que o perito pode ser substituído quando carecer de conhecimento técnico ou científico (art. 424). Inúmeras são as situações que se podem apresentar aos gestores públicos, aos responsáveis pela condução do procedimento licitatório (comissão de licitação ou pregoeiro) e aos fiscais da execução do contrato, atraentes de manifestação técnica específica, equivalente à perícia no processo judicial. O parecer técnico veicula opinião fundamentada sobre determinado assunto e deve ser emitido por especialista. Pelas palavras da Advogada da União Marinês Restelatto Dotti “**O parecer técnico veicula opinião fundamentada sobre determinado assunto e deve ser emitido por especialista. Manifestação produzida por quem não ostenta qualificação profissional pertinente ao tema sob análise não equivale a parecer técnico, nem o substitui. Por isso mesmo, o autor de parecer técnico responderá por opiniões que emita, seja quando carentes de sustentação técnica plausível ou se comprovado dolo, má-fé, erro grosseiro e inescusável.**”

Salvo melhor juízo, o não há parecer técnico emitido por profissional habilitado que ampare o projeto utilizado como base para definição do objeto do presente certame, tampouco, assinatura do engenheiro no Projeto Básico.

Diante disso, certos da competência, diligência e moralidade dos servidores da NOVACAP, solicita-se seja demonstrado a integridade técnica e processual dos documentos que embasaram a presente contratação, a fim de comprovar que estes observaram o devido processo legal, pois assim requer o direito.

O questionamento quanto a assinatura de um Engenheiro no Projeto Básico não é pertinente, pois nas assinaturas Digitais do Projeto Básico consta a assinatura de um funcionário com a função de "Engenheiro" e esse mesmo possui registro profissional ativo no órgão responsável, dessa forma contendo a integridade técnica solicitada.

IV – INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO DE REFERÊNCIA

O questionamento em questão não é condição para a inexecuibilidade do Projeto haja vista ter sido embasado em pesquisa de preço atualizada bem como itens de tabela referenciais vigentes e atuais.

Ainda que, por equívoco, o projeto proposto pelo Edital fosse implementado, o preço de referência definido no Edital é inexequível já que se mostra incapaz de suportar sequer o preço dos materiais e mão de obra.

Conforme se extrai do anexo do Edital, a Planilha Estimativa revela que a tabela SINAPI utilizada para composição do preço base de referência, data de setembro de 2024:

CAPA DA PLANILHA ESTIMATIVA	
INTERESSADO:	Departamento de Parques e Jardins (DPJ)
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para a instalação do sistema de irrigação automatizado na sede da Novacap
ESTIMATIVA:	DPJ 017/2024
LOCAL:	Novacap - St. Áreas Públicas, Lote B, Edifício Sede
PRAZO (Dias Corridos):	240 (duzentos e quarenta) dias corridos
PROCESSO SEI-GDF Nº:	00112-00010234/2024-19
DATA:	05/12/2024
ORÇAMENTISTA(S):	Téc. Edif. Alexsander de Oliveira Barbosa
TABELAS REFERÊNCIA:	SINAPI 09/2024
	SICRO 07/2024
	PMSP 06/2024
	SEINFRA 12/2024
	ORSE 09/2024
	SCO 09/2024

Entretanto, a tabela mais atual publicada pela Caixa Econômica Federal, data de janeiro de 2025:

SINAPI – a partir Jul/2009 – DF - 115 arquivo(s)

SINAPI_ref_Insumos_Composicoes_DF_202412_Desonerado

Relatório de Insumos e Composições - DEZ/2024 - COM DESONERAÇÃO

Publicado em 14 de janeiro de 2025 / Formato zip / 20704 KB

Não bastando os 5 meses de defasagem da tabela Sinapi, o país enfrentou a histórica alta do dólar o que influencia diretamente em todos os insumos utilizados para execução do objeto da licitação, visto que em sua massacrante maioria são equipamentos de matéria prima importada.

Por oportuno, assevera que todas as planilhas de referência utilizadas pela NOVACAP estão desatualizadas, sendo a mais recente datando de dezembro de 2024.

Diante disso, solicita-se seja atualizada a referenciação dos preços do certame, fazendo constar agora os valores presentes nas planilhas vigentes, pois assim requer o direito.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Respaldo-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo não acolhimento da Impugnação ao Edital, pela inaplicabilidade de sua alegação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 22/01/2025, às 15:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **161207277** código CRC= **0325038E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br
